



**ANEXO I –
TERMO DE REFERÊNCIA**

1 – OBJETO

1.1 – O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de equipamentos de informática, em atendimento às necessidades das Secretarias Municipais de Turismo e Comércio, de Administração e Planejamento e de Saúde do Município de Itamarati de Minas/MG, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas neste instrumento.

2 – DA PADRONIZAÇÃO

2.1 – A presente contratação **NÃO** se dará em observância ao princípio da padronização, uma vez que o objeto não guarda compatibilidade com outros bens previamente adquiridos pela Administração Municipal que justifique exigência de uniformidade, nos termos da legislação vigente.

3 – DA NATUREZA DO OBJETO

3.1 – O objeto da presente contratação é caracterizado como bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no presente Termo de Referência por meio de especificações técnicas usuais de mercado.

4 – DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

4.1 – Os bens a serem adquiridos estão detalhados no quadro abaixo, com suas respectivas especificações técnicas mínimas obrigatórias, unidades e quantidades:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNID.	QUANT.
01	CAIXA DE SOM – Potência total de 18W (1 alto-falante de 8W + 2 alto-falantes de 5W cada); Mini subwoofer 2.1; controle de volume; rádio FM; Bluetooth; luzes; cabo P2 3,5mm e USB (comprimento: 1,40m); alimentação: 5V USB; frequência de resposta: subwoofer 60Hz–200Hz / satélite 200Hz–18kHz; peso: 670 gramas; dimensões: 2 caixas satélite de 5,8cm × 6cm × 7,3cm e 1 subwoofer de 11cm × 9,8cm × 12,8cm.	UN	02
02	HD EXTERNO 1TB – Capacidade de armazenamento de 1TB; pré-formatado em exFAT; compatível com Windows e Mac; interface de conexão: Micro-USB 3.0/3.1/3.2 Gen 1; gabinete externo com sistema de resfriamento passivo; alimentação pelo barramento USB; dimensões: 115,3mm ×	UN	04



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNID.	QUANT.
	80mm × 12,6mm; peso: 0,16kg.		
03	WEBCAM – Resolução máxima de vídeo HD (720p); sensor CMOS de 1 MP; microfone integrado; interface USB-A 3.0; comprimento do cabo: 1,8m; taxa máxima de quadros: 30 FPS; foco automático; ângulo de visão: 70°; luz LED integrada; dimensões: profundidade 5,1cm × largura 4cm × altura 4cm; peso: 289g.	UN	01

4.2 – As especificações constantes no item 4.1 correspondem às características mínimas exigidas. Será admitido o fornecimento de bens com especificações superiores, desde que compatíveis com as finalidades descritas e sem ônus adicional ao Contratante.

4.3 – Todos os equipamentos deverão ser entregues novos, sem uso, em perfeitas condições de funcionamento, acondicionados em suas respectivas embalagens originais de fábrica, lacradas, com manual de instrução em língua portuguesa e certificação do INMETRO ou ANATEL, quando aplicável.

4.4 – Os bens deverão ser acompanhados de nota fiscal, manual do usuário e, quando cabível, certificado de garantia do fabricante ou fornecedor, especificando o prazo e as condições de garantia.

5 – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1 – O prazo de vigência do contrato será de **03 (três) meses**, contados da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado nos termos dos arts. 107 a 115 da mesma Lei, conforme o caso e desde que preenchidos os requisitos legais aplicáveis a cada hipótese.

5.2 – O prazo de entrega dos bens é de até **15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pelo setor competente, podendo ser prorrogado, em caráter excepcional, mediante justificativa prévia e escrita da Contratada, a ser avaliada e aceita pelo Contratante, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior devidamente comprovadas.

5.3 – O prazo de vigência não se confunde com o prazo de entrega, destinando-se o primeiro ao gerenciamento da relação contratual, ao cumprimento das obrigações acessórias e ao exercício das garantias eventualmente devidas.

6 – DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

6.1 – A presente contratação é fundamentada na necessidade de modernização e melhoria da infraestrutura tecnológica das Secretarias Municipais solicitantes, visando ao aprimoramento das atividades administrativas e ao adequado atendimento ao cidadão.

6.2 – Os equipamentos de informática objeto desta aquisição são imprescindíveis para a continuidade e a eficiência das atividades das Secretarias Municipais de Turismo e



Comércio, de Administração e Planejamento e de Saúde, garantindo o funcionamento regular dos serviços públicos prestados à população.

6.3 – A fundamentação da contratação e a justificativa dos quantitativos encontram-se pormenorizadas no Documento de Formalização de Demanda (DFD) que integra os autos do processo administrativo. Ressalta-se a desnecessidade de elaboração de Estudo Técnico Preliminar (ETP), visto que o objeto da presente contratação caracteriza-se como bem de natureza comum e de baixa complexidade técnica, possuindo especificações amplamente conhecidas no mercado, o que torna prescindível a análise aprofundada de soluções alternativas.

6.4 – O Município de Itamarati de Minas, encontra-se dispensado da elaboração do Plano de Contratações Anual, por possuir população estimada inferior a 20.000 (vinte mil) habitantes, conforme exceção estabelecida na legislação federal aplicável, cuja exigência de elaboração passa a ser obrigatória somente a partir de 2027 para os municípios nessa condição.

7 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

7.1 – A solução contempla a aquisição pontual dos equipamentos descritos neste Termo de Referência, suficiente para suprir as necessidades identificadas pelas Secretarias demandantes.

7.2 – As especificações técnicas foram definidas com base em parâmetros objetivos de mercado, de modo a garantir a compatibilidade dos produtos com os sistemas e infraestrutura já existentes na Prefeitura Municipal, bem como a sua adequação às finalidades institucionais.

7.3 – O ciclo de vida dos bens a serem adquiridos compreende: (a) entrega e recebimento; (b) verificação da conformidade técnica; (c) utilização na rotina administrativa das Secretarias; (d) assistência técnica durante o período de garantia; e (e) eventual descarte em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

7.4 – O descarte dos bens ao final de sua vida útil deverá observar as normas ambientais vigentes, especialmente no que tange ao descarte de resíduos de equipamentos elétricos e eletrônicos (REEE), de acordo com a Lei nº 12.305/2010 e regulamentações do CONAMA.

8 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1 – Eventuais exigências de habilitação técnica e econômico-financeira estão tratadas no item 17 deste Termo de Referência (Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor), de modo a evitar duplicidade.

8.2 – Sustentabilidade

8.2.1 – Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, o fornecedor deverá atender os seguintes requisitos:

8.2.1.1 – Observar os princípios de sustentabilidade contidos na Lei nº 14.133/2021 e na Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), adotando, na execução do objeto contratual, práticas de racionalização no uso de materiais e recursos, com destaque para:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



- a) Preferência por materiais reciclados, reutilizáveis ou biodegradáveis, nos termos das normas do CONAMA;
- b) Redução de resíduos, reaproveitamento e destinação ambientalmente adequada dos materiais recicláveis descartados;
- c) Fornecimento de equipamentos com baixo consumo energético, certificados pelo INMETRO ou pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), quando aplicável;
- d) Observância das normas do INMETRO e da ANATEL pertinentes aos produtos fornecidos;
- e) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes nos processos relacionados à execução do objeto;
- f) Adoção de medidas voltadas ao gerenciamento ambientalmente correto de resíduos de equipamentos elétricos e eletrônicos (REEE), em cumprimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos.

8.3 – Indicação de Marcas ou Modelos

8.3.1 – Na presente contratação **NÃO** será indicada marca, característica ou modelo específico, sendo admitidos quaisquer produtos que atendam às especificações técnicas mínimas estabelecidas no item 4 deste Termo de Referência.

8.4 – Da Vedação de Utilização de Marca ou Produto na Execução do Objeto

8.4.1 – Para a presente contratação **NÃO** haverá vedação ou restrição quanto ao emprego de marca ou produto específico, desde que atendidas as especificações técnicas mínimas exigidas neste Termo de Referência.

8.5 – Subcontratação

8.5.1 – **NÃO** será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual.

8.6 – Garantia da Contratação

8.6.1 – Não haverá exigência de garantia contratual da execução, dada a natureza do objeto (aquisição de bens de pequeno valor unitário), nos termos permitidos pela Lei nº 14.133/2021.

8.7 – Garantia dos Bens Fornecidos

8.7.1 – Os bens fornecidos deverão ter garantia mínima do fabricante ou do fornecedor de **12 (doze) meses**, contados da data do recebimento definitivo, sem prejuízo das responsabilidades legais do fornecedor previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

8.7.2 – Durante o período de garantia, a Contratada deverá realizar, sem ônus para o Contratante, a substituição de qualquer bem que apresente defeito de fabricação ou que não atenda às especificações técnicas contratadas, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** a contar da comunicação formal do Contratante.

8.7.3 – A garantia não abrangerá danos decorrentes de uso inadequado, negligência, acidentes ou modificações não autorizadas pelo fabricante.

9 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1 – Condições de Entrega



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



9.1.1 – A entrega dos bens deverá ocorrer no prazo estabelecido no item 5.2 deste Termo de Referência, contado do recebimento da Ordem de Fornecimento, no seguinte endereço: **Avenida Coronel Araújo Porto, 506, Centro, Itamarati de Minas/MG**, ou em outro local indicado pelo Contratante, mediante comunicação prévia.

9.1.2 – Os bens deverão ser entregues nos horários de expediente da Prefeitura Municipal, de segunda a sexta-feira, das 07h às 13h, salvo acordo prévio em sentido diverso.

9.1.3 – Caso não seja possível a entrega no prazo avençado, a Contratada deverá comunicar ao Contratante as razões justificadoras com antecedência mínima de **48 (quarenta e oito) horas**, sob pena de caracterização de inadimplemento, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas.

9.1.4 – Todos os custos de frete, embalagem, seguro e transporte até o local de entrega correrão exclusivamente por conta da Contratada.

10 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas avençadas e com as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2 – Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, devendo tais circunstâncias ser anotadas mediante apostila.

10.3 – As comunicações entre o Município de Itamarati de Minas e a Contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, desde que com confirmação de recebimento.

10.4 – O Município de Itamarati de Minas poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, sem prejuízo das comunicações formais exigidas por lei.

10.5 – A responsabilidade pela gestão e pela fiscalização do contrato caberá a servidor ou comissão designados por ato administrativo próprio do Contratante, nos termos dos arts. 117 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

10.6 – O gestor do contrato será responsável pelo acompanhamento e pelo controle das obrigações da Contratada, devendo comunicar ao setor competente qualquer irregularidade verificada, para fins de apuração e adoção das medidas cabíveis.

10.7 – O fiscal do contrato será responsável pelo recebimento provisório dos bens, pela verificação da conformidade com as especificações técnicas e pela emissão dos documentos necessários ao atestado de regularidade da entrega.

10.8 – Quando a fiscalização e a gestão do contrato forem, justificadamente, exercidas por um único servidor, caberá a ele a prática de todos os atos relacionados ao recebimento provisório e definitivo do objeto.

11 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.1 – O pagamento será realizado com base na efetiva entrega e no recebimento definitivo dos bens, devidamente atestado pelo fiscal ou gestor do contrato, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



11.2 – Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

11.2.1 – entregou bens em desconformidade com as especificações técnicas exigidas;

11.2.2 – entregou quantidades inferiores às contratadas sem a devida justificativa e autorização prévia; ou

11.2.3 – forneceu bens com qualidade inferior à mínima exigida neste Termo de Referência.

11.3 – A glosa ou retenção não impede a Administração de aplicar as sanções previstas no instrumento contratual e na Lei nº 14.133/2021.

12 – DO RECEBIMENTO DOS BENS

12.1 – O recebimento dos bens observará o seguinte procedimento:

12.1.1 – Recebimento Provisório:

12.1.1.1 – Os bens serão recebidos provisoriamente, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, pelo(a) fiscal do contrato, mediante conferência das especificações técnicas, quantidades e condições das embalagens, com a lavratura de Termo de Recebimento Provisório ou por aposição de visto na nota fiscal ou fatura.

12.1.1.2 – No ato do recebimento provisório, caso sejam constatadas irregularidades, vícios aparentes ou divergências com as especificações contratadas, o fiscal notificará a Contratada por escrito para que proceda às correções, substituições ou complementações necessárias no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, sem ônus para o Contratante.

12.1.1.3 – Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta vencedora, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

12.1.2 – Recebimento Definitivo:

12.1.2.1 – Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, após verificação da qualidade, da quantidade e da conformidade técnica dos bens entregues, mediante lavratura de Termo de Recebimento Definitivo.

12.1.2.2 – Constatadas irregularidades no recebimento definitivo, o Contratante notificará a Contratada para sanar as pendências no prazo estabelecido, ficando o pagamento suspenso até o integral cumprimento das exigências contratuais.

12.1.2.3 – Após o recebimento definitivo, a Contratada deverá emitir nota fiscal no valor exato dimensionado pelo fiscal e pelo gestor do contrato, para início dos trâmites de liquidação e pagamento.

12.2 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da Contratada pela solidez, segurança e qualidade dos bens fornecidos, nem a responsabilidade técnico-profissional pela perfeita execução do contrato.

12.3 – O recebimento provisório e definitivo poderá ser substituído por recibo ou por outra forma simplificada, quando suficiente para atestar o atendimento das exigências contratuais, nos termos do § 2º do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

12.4 – Em caso de controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade ou quantidade, deverá ser observado o art. 143 da Lei nº 14.133/2021,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



podendo ser emitida nota fiscal relativa à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento parcial.

12.5 – Nenhum prazo de recebimento correrá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na entrega dos bens ou no instrumento de cobrança.

12.6 – A Contratada fica obrigada a substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os bens em que forem verificados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação ou do transporte, dentro do prazo de garantia estabelecido no item 8.7 deste Termo de Referência.

13 – DA LIQUIDAÇÃO

13.1 – Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, para fins de liquidação da despesa.

13.2 – Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos em nome da **Prefeitura Municipal de Itamarati de Minas**, CNPJ nº 17.706.813/0001-02, situada à Avenida Coronel Araújo Porto, 506, Centro, Itamarati de Minas/MG.

13.2.1 – Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou fatura apresentada contém os elementos essenciais do documento, tais como:

- a) prazo de validade;
- b) data de emissão;
- c) dados do contrato e do órgão contratante;
- d) descrição dos bens fornecidos;
- e) valor a pagar; e
- f) eventual destaque de retenções tributárias cabíveis.

13.3 – Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização, sem ônus ao Contratante.

13.4 – A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da Contratada, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou mediante a documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

13.5 – A Administração deverá realizar consulta junto aos cadastros competentes para:
a) verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada; e b) identificar possível razão que impeça a contratação com o Poder Público ou ocorrências impeditivas indiretas.

13.6 – Constatada a irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

13.7 – Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para acionamento dos meios pertinentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



13.8 – Persistindo a irregularidade, o Contratante adotará as medidas necessárias à rescisão contratual, assegurada ao contratado a ampla defesa.

13.9 – Havendo efetiva entrega e recebimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação.

14 – PRAZO DE PAGAMENTO

14.1 – O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa.

14.2 – No caso de atraso no pagamento por culpa do Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE.

15 – FORMA DE PAGAMENTO

15.1 – O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada na proposta ou no instrumento contratual.

15.2 – Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.3 – Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, independentemente do percentual de tributo indicado na proposta.

15.3.1 – A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, ficando o pagamento condicionado à apresentação de comprovante oficial de enquadramento no referido regime tributário.

16 – REAJUSTE

16.1 – Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de **12 (doze) meses**, contados da data do orçamento estimado que serviu de base à contratação.

16.2 – Após o interregno de 12 (doze) meses, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante aplicação pelo Contratante do índice **IPCA/IBGE** acumulado dos últimos 12 (doze) meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

16.4 – No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada com base na última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

16.5 – O reajuste será formalizado por meio de apostilamento ao instrumento contratual, dispensada a celebração de aditivo.

16.6 – Havendo necessidade de reajuste, caberá à Contratada formulá-lo mediante requerimento escrito, devidamente fundamentado e instruído com os documentos comprobatórios do índice aplicado, a ser apresentado ao Contratante.

17 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



17.1 – Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

17.1.1 – O fornecedor será selecionado por meio de procedimento de **Dispensa de Licitação Eletrônica**, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, adotando-se o critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, facultando-se ao fornecedor a participação em quantos itens forem de seu interesse.

17.2 – Condições de Participação

17.2.1 – Nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, a presente dispensa eletrônica é **destinada exclusivamente à participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)** ou equiparadas, desde que estas, no ano-calendário de realização da contratação, não tenham ainda celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados ultrapassem o limite máximo da receita bruta anual admitida para enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos da legislação vigente.

17.2.2 – Não poderão participar desta dispensa:

- a) pessoa jurídica em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial;
- b) pessoa jurídica que esteja suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública;
- c) pessoa jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público;
- d) servidor ou dirigente do órgão ou entidade contratante, vedada a participação na forma da lei.

17.3 – Exigências de Habilitação

17.3.1 – Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

17.4 – Habilitação Jurídica

Os documentos de habilitação jurídica apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação.

17.4.1 – Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

17.4.2 – Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja autenticidade deverá ser verificada no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

17.4.3 – Sociedade Empresária, SLU ou EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório dos administradores.

17.4.4 – Sociedade Empresária Estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se situar o estabelecimento no país.

17.4.5 – Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório dos administradores.

17.4.6 – Filial, Sucursal ou Agência: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no registro da matriz.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



17.4.7 – Sociedade Cooperativa: ata de fundação e estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivados na Junta Comercial ou inscritos no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, além do registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

17.5 – Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

17.5.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

17.5.2 – Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU), inclusive os relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2014.

17.5.3 – Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

17.5.4 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

17.5.5 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

17.5.6 – Prova de regularidade com a Fazenda estadual ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

17.5.7 – Caso o fornecedor seja isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda respectiva ou documento equivalente, na forma da lei.

17.5.8 – O fornecedor enquadrado como Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda usufruir dos benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

17.6 – Qualificação Econômico-Financeira

17.6.1 – Para fins de qualificação econômico-financeira, serão exigidos os seguintes documentos:

17.6.2 – Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da comarca da sede do fornecedor, com prazo de validade não superior a 90 (noventa) dias da data de expedição, quando não constar prazo no documento.

17.6.3 – Balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis referentes ao(s) **2 (dois) últimos exercícios sociais encerrados, devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.**

17.6.4 – Demonstração de boa situação financeira por meio dos índices de **Liquidez Geral (LG), **Liquidez Corrente (LC)** e **Solvência Geral (SG)**, todos superiores a 1 (um), calculados e assinados por profissional habilitado da área contábil, conforme fórmulas a seguir:**



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



a) **LG** = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo) > 1;

b) **LC** = Ativo Circulante / Passivo Circulante > 1;

c) **SG** = Ativo Total / (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo) > 1.

17.6.5 – Caso a Contratada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices acima, será exigida, para fins de habilitação, comprovação de capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo de **10% (dez por cento)** do valor total estimado da contratação.

17.6.6 – As empresas constituídas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nos termos do art. 65, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

17.6.7 – Os documentos contábeis referidos neste item limitar-se-ão ao último exercício social no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

17.6.8 – Os documentos contábeis deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

17.7 – Qualificação Técnica

17.7.1 – Para fins de qualificação técnica, será exigida a comprovação de que a empresa forneceu, anteriormente, bens compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

17.7.2 – O(s) atestado(s) deverá(ão) ser emitido(s) em papel timbrado do contratante anterior, devidamente assinado(s) por representante(s) identificado(s) pelo nome, cargo e contato, podendo ser objeto de diligência pelo Contratante.

18 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

18.1 – O custo estimado da contratação encontra-se detalhado na planilha orçamentária que integra os autos do processo administrativo, tendo sido obtido mediante pesquisa de preços realizada em conformidade com a regulamentação vigente, com identificação dos parâmetros utilizados nos cálculos e das respectivas fontes de pesquisa.

18.2 – O valor total estimado da contratação, apurado na pesquisa de preços, servirá como parâmetro para verificação da aceitabilidade das propostas e para aferição da vantajosidade da contratação, sendo vedada a adjudicação de propostas que ultrapassem o referido limite.

18.3 – As memórias de cálculo e os documentos de suporte à estimativa de preços encontram-se juntados nos autos do processo administrativo.

19 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Itamarati de Minas para o exercício financeiro vigente.

19.1.1 – A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária:

Ficha 53 | 04.122.0001.2003/449052 | Equipamentos e Material Permanente



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



19.1.2 – As dotações relativas aos exercícios financeiros subsequentes serão indicadas após aprovação da respectiva Lei Orçamentária Anual e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento ao instrumento contratual.

20 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

20.1 – Os fornecedores são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

20.2 – Considera-se fornecedor, para fins da presente contratação, toda pessoa física ou jurídica participante do procedimento de dispensa eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

20.3 – Toda a documentação integrante do procedimento e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe mencionado em um documento e omitido em outro será considerado especificado e válido.

20.4 – Os casos omissos ou situações não previstas neste Termo de Referência serão resolvidos pelo Contratante, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

20.5 – Dúvidas ou esclarecimentos sobre o presente Termo de Referência deverão ser encaminhados ao setor de Compras da Prefeitura Municipal de Itamarati de Minas, pelos canais de comunicação oficiais.

20.6 – Aplicam-se subsidiariamente a este Termo de Referência as disposições da Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte), do Decreto Federal nº 11.462/2023 (regulamentação da dispensa eletrônica) e demais normas pertinentes ao objeto da contratação.

Itamarati de Minas/MG, 14 de abril de 2026.

ELAINE FERRAZ RODRIGUES

Secretária Municipal de Turismo e Comércio

GIOVANA FERRAZ GOMES

Secretária Municipal de Saúde

RAQUEL RODRIGUES LADEIRA TAVARES

Secretária Municipal de Administração e Planejamento